



MERCADO INSTITUCIONAL E AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA EM CURUÇAMBÁ, ANANINDEUA, PARÁ: OPORTUNIDADES E DESAFIOS

**Antônio Cordeiro de Santana¹
Gisela Romariz Sequeira²
Cynthia Meireles de Oliveira³
Sérgio Castro Gomes⁴**

Resumo

Este trabalho visa trazer uma contribuição para o campo de estudos sobre Desenvolvimento Local e sustentável, observando as compras públicas governamentais como instrumento fundamental para favorecer a capilaridade de recursos financeiros em áreas de produção periurbanas, através da inserção dos produtos ao mercado, inicialmente, por meio da janela aberta pelo mercado institucional, que contribui para ampliar o excedente da produção comercializável de um conjunto de produtos agropecuários. A pesquisa foi realizada na área do Curuçambá em 2013, uma das mais importantes e antigas áreas agrícolas do município de Ananindeua, Região Metropolitana de

Recebimento: 11/9/2015 • Aceite: 13/7/2016

¹ Doutor em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa. Docente da Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém - PA, Brasil. E-mail: acsantana@superig.com.br

² Mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local pelo Núcleo de Meio Ambiente - NUMA/UFPA. Funcionária da Prefeitura Municipal de Marituba, Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão - SEPLAN, Marituba - PA, Brasil. E-mail: gisela.segueira@ufpa.br

³ Doutora em Ciências Agrárias. Docente da Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém - PA, Brasil. E-mail: cyntiamei@hotmail.com

⁴ Doutor em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa. Docente da Universidade da Amazônia. Belém - PA, Brasil. E-mail: scgomes@unama.br

Belém. Para obtenção dos dados foram feitas pesquisas de base secundária e primária com entrevistas, observação direta e aplicação de questionário junto a 50 produtores da Cooperativa dos Produtores da Gleba Guajará-Pará. Os resultados mostram que 48% da produção é destinada ao Programa de Aquisição de Alimentos. Contudo, a pesquisa indica carências no âmbito do apoio municipal e estadual, especialmente nas áreas de assistência técnica e fomento, sendo que ainda grande parte da produção se destina ao atravessador, devido à falta de conhecimento real de preços, escala e mercado dos produtores. O mercado institucional pode sustentar a renda dos estabelecimentos, mas deve ser um passo para que os produtos da agricultura urbana e periurbana familiar evoluam para mercados mais amplos tornando a política mais eficaz.

Palavras-chave: Programa de Aquisição de Alimentos; Programa Nacional de Alimentação Escolar; Mercado Institucional; Agricultura Urbana e Periurbana

INSTITUTIONAL MARKET AND URBAN AND PERI-URBAN AGRICULTURE IN CURUÇAMBÁ, ANANINDEUA, PARÁ: OPPORTUNITIES AND CHALLENGES

Abstract

This paper aims to bring a contribution to the field of the studies about the Local and Sustainable Development, observing the public government acquisitions as a key tool to further the reach of financial resources in peri-urban areas of production, by inserting the products to market, initially through open window by the institutional market, which contributes to increase the surplus of marketable production of a set of agricultural products. The survey was conducted in Curuçambá area in 2013, one of the oldest and most important agricultural areas of the city of Ananindeua, metropolitan region of Belém. To obtain the data it was made a research of secondary and primary based interviews, direct observation and questionnaire application along the 50 producers of the Cooperative of Producers Gleba Guajará-Pará. The results show that 48% of production is

destined to the Food Acquisition Program. However, research indicates deficiencies within the municipal and state support, especially in the areas of technical assistance and promotion, and even more in the produce for the middleman, due to lack of real knowledge of prices, scale and market producers. The institutional market can support the income of establishments, but it should be a step so that the products of urban family and peri-urban agriculture can grow into broader markets making the politics more effective.

Keywords: Food Acquisition Program; National School Feeding Program; Institutional Market; Urban and Peri-urban Agriculture

Introdução

Nos últimos 50 anos, o crescimento urbano transformou e inverteu a distribuição da população brasileira: entre 1945 e 2010, o percentual da população que vivia nas cidades passou de 25% para 84,35% do total, representada por mais de 160 milhões, do total de 190 milhões de residentes no país, segundo os dados censitários do ano 2010 (IBGE, 2010).

Contudo, as cidades não tiveram a capacidade (ou não foram preparadas) para receber e atender as demandas dessa crescente população por educação, saúde, moradia, saneamento básico, segurança alimentar e oportunidade de ocupação e geração de renda.

Inconvenientemente, as cidades e os seus sistemas econômicos não conseguiram tornar essas pessoas economicamente ativas, assim, não dispendo das condições apropriadas para satisfazer as suas necessidades socioculturais e de qualidade de vida (BELTRAN, 1995). Assim, contradiz-se a falsa lógica de que o êxodo rural “libertaria” as pessoas do atraso do mundo rural e as conduziria à luz e à liberdade da cidade.

Como forma de superar esses impasses, percebem-se iniciativas a margem do processo de urbanização, em especial, nos países em desenvolvimento, por meio da manutenção ou da criação de atividades eminentemente agrícolas no interior ou na periferia de regiões urbanas, sendo uma das formas de enfrentamento de situações de vulnerabilidade em que se encontra grande parcela da população urbana.

Ao mesmo tempo mostra que as raízes do homem com a terra nunca foram totalmente perdidas; vegetais e animais continuaram a ser produzidos ou criados (UNDP, 1996), trazendo à discussão sobre o tema da agricultura urbana e periurbana (AUP).

Neste sentido, a cidade não pode mais ser entendida de maneira estanque onde se desenvolvem atividades industriais e de serviços e o campo como o local em que se desenvolvem atividades agrícolas. Mais do que nunca, as cidades brasileiras estão desafiadas a unir estas realidades (urbano e rural), ainda consideradas incompatíveis, integrando as políticas de planejamento no território dos municípios como um todo (CABANNES, 2003; BOUKHARAEVA; CHIANCA; MARLOIE, 2007).

Há uma série de estudos de desenvolvimento local, analisados a partir do uso de estratégias e instrumentos, como acesso ao crédito e assistência técnica, qualificação da mão de obra, pesquisa, dentre outros. Ainda existem diagnósticos de áreas periurbanas, evidenciando

suas condições adversas na produção e comercialização dos produtos em volume, qualidade e preços competitivos para manter a parcela do mercado consumidor de produtos alimentares.

Pesquisas relatam experiências no Brasil e no mundo, conforme os descritos por: Marulanda e Izquierdo (1998), Sancho (2000), Barrs (2002), Briceño (2002), Kortright (2002).

Contudo, a análise desse território, a partir da janela aberta pelo mercado institucional, pode integrar economicamente esses produtores por meio da venda do excedente da produção. Ademais, pode orientar a escolha dos sistemas de produção e auxiliar o planejamento dessas cadeias produtivas.

Vale frisar que dados qualitativos sobre este tipo de agricultura ainda são escassos no Brasil, o que dificulta a formulação e implementação de políticas (SCHNEIDER; XAVIER, 2013).

Conforme Dias et al. (2013), na década de 1990 são delineadas políticas públicas visando novas vias de desenvolvimento para a agricultura familiar e, por conseguinte, ajudam a resgatar e fortalecer a produção de produtos agrícolas tradicionais. Todavia, a prática da comercialização tem se apresentado sempre como um dos principais dilemas ao produtor.

No caso de áreas urbanas, as famílias ao se depararem com a realidade do desemprego e da exclusão social, voltam-se para atividades agrícolas. Especificamente na Amazônia, o crescimento urbano é acompanhado pelo crescimento dos ambientes periurbanos com características únicas e híbridas.

Normalmente, as áreas periurbanas das cidades Amazônicas têm aspecto rural, agricultura de subsistência, extrativismo da floresta e pesca, as quais proveem alimentos básicos às cidades (LEWIS, 2006).

Como apontam Oliveira, Silva e Almeida (2015), as políticas para a agricultura familiar devem considerar que a população depende também das oportunidades que se apresentam. Em estudo realizado no assentamento periurbano Mártires de Abril no Pará, a reprodução socioeconômica de suas famílias tem sido garantida em função de seus esforços em manter a produção e no desenvolvimento de atividades não agrícolas.

Ou seja, no espaço periurbano, as famílias, além das atividades não agrícolas, possuem forte dependência das atividades agrícolas, usando práticas de solo que privilegiam a diversificação produtiva, sendo esta, especialmente importante para os agricultores para melhoria de seu padrão de vida (RATHMANN et al., 2008; STADUTO et al., 2008).

A diversificação produtiva é um elemento que permite maior equilíbrio aos sistemas agrícolas e, portanto, ao meio ambiente (CARNEIRO, 1999). Dessa feita, o caráter multifuncional das populações, nos espaço urbano e periurbano, precisam ser considerados no delineamento das políticas públicas de desenvolvimento e fomento a geração de trabalho e renda.

Ao longo dos anos 2000 ações públicas têm emergido de forma a viabilizar a inserção dos produtos da agricultura familiar nos mercados institucionais, contudo, os efeitos dessa inserção tanto para estes, quanto para a população beneficiada ainda são recente na história do País (DIAS et al., 2013).

Assim, a presente pesquisa busca identificar quais as condições necessárias, para que a atividade agrícola periurbana venha de fato ser inserida na agenda das políticas públicas dos mercados institucionais, melhorando de maneira continuada a qualidade de vida dessas pessoas nas cidades.

Nestes termos realiza um estudo dos limites e oportunidades para os principais produtos agropecuários da agricultura familiar na área periurbana da região Metropolitana de Belém, município de Ananindeua, distrito de Curuçambá.

Este trabalho está estruturado em cinco partes além desta introdução. A primeira consta da consolidação da temática AUP nas políticas públicas, regatando alguns elementos históricos importantes para compreensão das atuais diretrizes políticas. A segunda corresponde ao mercado institucional da produção, sua emergência, orientações de acesso e importância no contexto da agricultura familiar. Na terceira parte têm-se os procedimentos metodológicos e na quarta parte os resultados e discussões dos dados de campo. Por fim, a quinta parte apresenta as conclusões deste trabalho.

A consolidação da temática AUP nas políticas públicas

A agricultura urbana sempre fez parte da vida dos cidadãos, contudo, no transcorrer das últimas décadas, esta vem passando por um processo de transformação em respostas às mudanças políticas, econômicas, ambientais e tecnológicas contemporâneas (SMIT; RATTI; NASR, 1996). Diante disso, é evidente a expansão das práticas e programas de apoio à agricultura urbana, seja em escala local, nacional ou internacional.

No relatório final da II e III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional realizadas em 2004 e 2007, respectivamente, surgem o tema da Agricultura Urbana como proposta de ações

prioritárias de abastecimento. Na III Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional se apresentam avanços significativos no sentido de formular as bases da Agricultura Urbana com propostas claras para a criação de uma Política Nacional de Agricultura Urbana.

As diretrizes de articulação incluíam os temas de segurança alimentar, com preocupação em relação à assessoria, formação e capacitação de pessoas, por meio do ciclo de produção-comercialização-consumo de alimentos e produtos com bases agroecológicas, bem como a transversalidade desta política, alcançando os temas do urbanismo e os planos diretores, do desenvolvimento sustentável e da inclusão social, através da melhoria de renda na economia solidária.

Desde janeiro de 2004, o Governo Federal, por meio do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), vem construindo os pilares de uma Política Nacional de AUP. Como exemplo, pode ser citada a criação na estrutura do MDS uma Coordenação Geral de AUP, que destinou orçamento anual de R\$ 10 milhões.

O MDS por meio da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN), tem a competência de promover e consolidar a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, implementando e apoiando ações em articulação com as três esferas de governo e a sociedade civil.

O Departamento de Promoção a Sistemas Descentralizados (DPSD) integra a SESAN e têm como missão estimular os programas institucionais de alimentação e nutrição a atuarem como componentes dos sistemas públicos de abastecimento alimentar e colaborar com Estados, Municípios e Distrito Federal para o planejamento, a implementação, coordenação e a supervisão de Sistemas Descentralizados de Segurança Alimentar e Nutricional.

A SESAN com base na Lei nº 10.869/04 no uso das atribuições que lhe confere o art. 16 do Decreto nº 5.074, de 11 de maio de 2004, a Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006 e a Portaria nº 67, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, de 09 de março de 2006, organiza o fluxo de procedimentos para o acesso dos Municípios que integrem as capitais instituídas por lei como regiões metropolitanas ao Programa de Agricultura Urbana e Periurbana.

A Coordenação Geral de Apoio à Agricultura Urbana (CGAAU), parte integrante do DPSD é responsável pela implantação dos Programas de Agricultura Urbana e Periurbana e Compra Direta Local da Agricultura Familiar, modalidade Municipal.

Apesar de a AUP estar presente em todas as regiões metropolitanas brasileiras, não há Lei federal, apenas o Decreto, mencionando nas Disposições Transitórias e Finais que, na elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional deverá ter políticas, programas e ações relacionados a um conjunto de temas, dentre os quais, o *fortalecimento da Agricultura Familiar e da produção urbana e periurbana de alimentos*.

Neste contexto, o disposto no Decreto representa um marco significativo para a AUP, pois está institucionalizada e colocada em destaque para a realização de um conjunto de ações, conforme recomenda o decreto.

Por outro lado, a participação dos entes federados se dá mediante adesão, desde que cumprido um conjunto de requisitos, ou seja, fica exposto ao interesse e desinteresse político de cada chefe do poder executivo. Razão pela qual se observa, na maior parte dos municípios que não se identifica marco legal ou a legislação que incluem temas específicos de AUP, nem institucional específico, que se referem às estruturas e espaços de suporte que permitam a implementação das políticas públicas e a aplicação da legislação vigente.

De fato, em raras situações, mais especificamente nas regiões sul e sudeste se identificam políticas de AUP.

Nas demais regiões, a situação é muito diversa e predominam as ações desenvolvidas de forma isolada e superpostas executadas através de uma grande diversidade de Secretarias municipais, e em Ananindeua a situação não é diferente.

Mercado institucional da produção

A produção agrícola está fortemente caracterizada por riscos climáticos, incerteza quanto à incidência de pragas e doenças e riscos de mercado pela elevada instabilidade nos preços recebidos pelo produto, em função de suas características de concorrência e de inelasticidade-preço. Estes riscos e incertezas, geralmente, traduzem-se em falhas de mercado pelo impacto que causa às condições de equilíbrio do mercado *spot*, sendo a forma de negociação com pagamento à vista predominante.

Para atenuar esses problemas, que são uma certeza no convívio temporal do produtor, o governo federal criou o mercado institucional para apoiar a produção por meio do aporte de crédito no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e a comercialização e inserção no mercado

mediante as compras pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Com isso, cria-se mercado para o excedente da produção gerada no âmbito da agricultura familiar individual e de suas organizações (associações, sindicatos e cooperativas). No caso da AUP não é diferente.

O PAA foi criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003 e objetiva aumentar a capacidade produtiva dos agricultores e de suas organizações por meio de assistência técnica, formação de estoques nos estabelecimentos privados e públicos, acesso ao crédito, ao mercado institucional e ao mercado livre (BRASIL, 2013a).

O mercado institucional atua mediante a regulamentação da comercialização de produtos direto dos produtores e suas organizações para os governos municipais e estaduais.

Na configuração desse mercado, o PAA dispensa licitações para a aquisição de produtos da agricultura familiar a um preço acima do praticado no mercado *spot*, desde que enquadrados no PRONAF.

Os produtos adquiridos nos municípios via PAA são destinados ao atendimento de pessoas com insegurança alimentar, bem como para a formação de estoques estratégicos, em apoio à produção sustentável.

Deve-se observar que pelo menos 30% dos alimentos adquiridos nos municípios com recursos do PAA deve ser de origem dos agricultores familiares locais. Os estoques estratégicos, por sua vez, contribuem para o PNAE, que é o outro programa que completa a dimensão do mercado institucional nos municípios e foca a distribuição de alimentos para a merenda escolar e instituições assistenciais.

O mercado institucional também contribui para fortalecer os canais de comercialização locais e regionais, além de valorizar a biodiversidade, a produção orgânica e agroecológica e incentivar a formação de hábitos de alimentação saudáveis.

As modalidades de compras diretas e compras para a formação de estoque dos produtos arroz, feijão, milho, farinha de mandioca e castanha-do-pará estão limitadas ao teto anual de R\$ 8.000,00 por produtor e/ou associação e cooperativas. As compras diretas com doação simultânea estão limitadas a R\$ 4.500,00 na forma individual e a R\$ 4.800,00 para associação e cooperativa (BRASIL, 2013a).

O PNAE é um programa de assistência financeira com vistas a garantir pelo menos uma refeição diária aos alunos beneficiários do programa e foi criado pela Lei n. 11.947 de 2009, sendo que o artigo 7 dispõe sobre a merenda escolar.

Sua base de criação deriva da Campanha da Merenda Escolar de 1954, que deu origem ao primeiro PNAE em 1983. O limite para o

valor das compras por Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), pessoa física ou jurídica, é de R\$ 20.000,00/ano (BRASIL, 2013b).

O DAP é o instrumento utilizado na identificação do agricultor familiar para acessar políticas públicas como o PRONAF, PNAE e PAA.

O mercado institucional foi concebido pelo marco teórico de regulação (desregulação) do Programa Fome Zero, com a missão de viabilizar uma economia com poucas chances de sair da franja competitiva marginal, porque os pequenos excedentes de produção são comercializados aos preços determinados pelos agentes intermediários da comercialização, também conhecidos como atravessadores ou marreteiros, dada a dificuldade de romper as barreiras de transporte e acessar de forma direta o mercado atacadista e/ou varejista de supermercados.

Nesse contexto, os programas PAA e PNAE podem possibilitar uma difusa ampliação do mercado de produtos da agricultura urbana e periurbana, dando chance à consolidação de sistemas de produção que combinam produtos da agricultura, aves e ovos e ampliar o valor agregado dos produtos, ao mesmo tempo em que transforma o mercado de trabalho por utilizar inovações tecnológicas poupadoras de terra e de mão de obra sem instrução e intensivas em capital coletivo e mão de obra qualificada.

Metodologia

A presente pesquisa foi realizada na área do Curuçambá no ano de 2013, identificada como uma das mais importantes e mais antigas áreas agrícolas do município de Ananindeua, sendo este o segundo mais populoso do estado (493.976 habitantes), e o terceiro da Região Amazônica, distante cerca de 8 km da capital do estado e localizado na Região Metropolitana de Belém (ANANINDEUA, 2006).

A despeito da importância da agricultura periurbana neste cenário, inexitem dados estatísticos oficiais a respeito da atividade no município em questão, tendo sido a área estudada excluída inclusive no relatório do último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). Certamente, configura-se uma lacuna que inviabiliza, de certa forma, a avaliação das contribuições desta atividade para as famílias, para o desenvolvimento local e para o ecossistema urbano, indispensáveis quando da elaboração de planos e projetos de desenvolvimento mais amplos.

A metodologia utilizada foi dividida em momentos distintos; preliminarmente coletaram-se dados de fontes secundárias e

documentais acerca da prática da agricultura urbana e/ou relacionados, para então posteriormente partir para a coleta de informações de fonte primária.

Para tanto, utilizou-se de uma variedade de técnicas de coleta de dados para esclarecimento dos múltiplos aspectos do campo da pesquisa como: levantamento bibliográfico relacionado à AUP, análise de documentos, entrevistas semiestruturadas (utilizada na fase exploratória, no primeiro contato com informantes chaves), entrevistas estruturadas (utilizada diretamente com gestores diretos e indiretos), pesquisa de campo (questionários utilizados diretamente com 50 pessoas que praticam a AUP e que aceitaram participar da pesquisa) e observação direta (visitas nas atividades desenvolvidas na área em estudo), na perspectiva de traçar o perfil dos atores envolvidos, identificar e analisar as práticas locais utilizadas pelas famílias, e as possíveis contribuições desta prática para a melhoria da vida dos atores envolvidos e da cidade.

A abordagem da pesquisa privilegiou procedimentos que permitissem uma análise quanti-qualitativa. As ferramentas qualitativas se deram por meio de observação direta e entrevistas semiestruturadas. As entrevistas bem como a observação procuram: “[...] atender principalmente finalidades exploratórias [...] é bastante utilizada para o detalhamento de questões e formulação mais precisas dos conceitos relacionados [...] É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão” (BONI; QUARESMA, 2005, p. 74).

No desenvolvimento deste estudo, a obtenção de alguns dados diretos se deu por meio de entrevistas, divididas em dois momentos, descritas a seguir:

- 1º Momento: Na fase exploratória com entrevistas menos detalhadas, para realizar uma aproximação com a área geográfica e os atores atuantes;
 - De posse das informações, e localizadas geograficamente cada uma das entidades envolvidas, foi elaborado um roteiro de visitas, na perspectiva de ter uma maior aproximação, analisar o desenvolvimento das atividades e identificar quais se enquadrariam no perfil da pesquisa.
- 2º Momento: Na pesquisa de campo, foi realizada com entrevistas com maior nível de detalhamento, para capturar a “imagem” da AU no município, especificamente na área do Curuçambá, a partir das famílias que dela participam.

O questionário contemplou a coleta de dados distribuídos nos seguintes tópicos: Identificação do produtor; localização do produtor; classificação do produtor; perfil socioeconômico; características gerais da AUP; tipificação da área aonde a AU é praticada; formas de organização; diversidade agrícola; práticas de manejo adotadas; destino da produção; dificuldades enfrentadas pelas famílias na prática da AU.

Os questionários foram aplicados a 50 produtores da Cooperativa dos Produtores da Gleba Guajará-Pará (COPG), organização social mais antiga da região.

Resultados e discussão

No ano de 2013 foram identificadas 12 associações, conforme o Quadro 1, que trabalham com agricultura em Ananindeua, localizadas em três comunidades distintas, sendo elas a comunidade Quilombola do Abacatal, a comunidade das Ilhas e a comunidade Curuçambá, sendo esta última, a unidade dessa análise.

Todas foram legalmente constituídas na modalidade jurídica de Associação, devidamente reconhecidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEDES/Departamento de Apoio a Produção Agropecuária, integrantes do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (CDRS), e com a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), emitida pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER).

Quadro 1: Iniciativas de agricultura em Ananindeua

| Nº | ENTIDADE | COMUNIDADE | Nº DE ASSOCIADOS |
|----|--|------------------------|------------------|
| 1 | Associação dos Moradores e Pequenos Agricultores Quilombolas de Abacatal-Aurá | Quilombola do Abacatal | 80 |
| 2 | Associação dos Produtores Hortifrutigranjeiros da Gleba Guajará - APHA, atual Cooperativa dos Produtores da Gleba Guajará-Pará - COPG | Curuçambá | 250 |
| 3 | Associação de Produtores Rurais de Ananindeua - APA | Curuçambá | não informado |
| 4 | Associação dos Moradores e Pequenos Produtores Rurais de Igarapé Grande - AMPPRIG, (Ilha João Pilatos) | Das Ilhas | 115 |
| 5 | Associação dos Moradores e Pequenos Produtores Rurais de João Pilatos - AMPPRJP, (Ilha João Pilatos) | Das Ilhas | 70 |
| 6 | Associação de Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Agrícola de Nova Esperança - PEPRUCANESP, (Ilha João Pilatos) | Das Ilhas | 65 |
| 7 | Associação dos Pescadores Artesanais, Aquicultores e Produtores Rurais das Ilhas de Ananindeua - APAAPRIAN, (Ilha Santa Rosa) | Das Ilhas | 58 |
| 8 | Associação de Moradores, Pescadores e Pequenos Produtores Rurais da Ilha Viçosa - AMPPRIV, (Ilha Viçosa) | Das Ilhas | 28 |
| 9 | Associação dos Pescadores Artesanais, Aquicultores, Marisqueiros e Pequenos Produtores Rurais da Ilha de Sassunema - APAMPRISA, (Ilha Sassunema) | Das Ilhas | 34 |
| 10 | Associação dos Pescadores Artesanais, Aquicultores, Marisqueiros e Pequenos Produtores Rurais da Ilha de Sororoca - APAMAPRIS, (Ilha Sororoca) | Das Ilhas | 25 |
| 11 | Associação dos Pescadores Artesanais, Aquicultores, Marisqueiros e Pequenos Produtores Rurais da Ilha de Guajarina - APAMPRIG, (Ilha Guajarina) | Das Ilhas | 29 |
| 12 | Colônia de Pescadores Z-93 de Ananindeua, (Ilha João Pilatos) | Das Ilhas | 68 |

Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social/Deptº. de Apoio a Produção Agropecuária, 2013.

Cabe ressaltar que, ao analisar o Plano Diretor Urbano (PDU) de Ananindeua - Lei nº 2.237/06, de 06 de outubro de 2006, a Comunidade do Curuçambá, diferente das demais, é a única inserida no espaço urbano municipal.

Definido Curuçambá como espaço central do estudo, dadas às características urbanas da área descritas no PDU, e onde existe um número significativo de famílias que sobrevivem das atividades agrícolas, foi realizado um primeiro contato buscando identificar os coordenadores responsáveis pelas entidades e as pessoas envolvidas

diretamente nas atividades e em projetos sociais relacionados, sendo selecionada a Cooperativa dos Produtores da Gleba Guajará-Pará (COPG), organização social mais antiga da região.

A COPG foi fundada no ano de 1980 por produtores remanejados que perceberam que isoladamente não conseguiriam reivindicar apoio para desenvolver suas atividades.

Inicialmente chamada de Caixa Agrícola dos Produtores Rurais do Guajará, com o decorrer dos anos, transformou-se em associação em virtude das limitações estatutárias que os restringiam de acessar os benefícios e programas do governo federal voltados para agricultura familiar.

Assim em 1988, a organização foi transformada na Associação de Produtores Hortifrutigranjeiros da Gleba Guajará (APHA) e ampliado seu estatuto nos termos de uma associação.

Entendendo a necessidade de adequação as exigências do governo federal na perspectiva de viabilizar novos projetos e ampliar as atividades, os associados aprovaram em 2013, a transformação da APHA, quanto a sua natureza econômica, natureza jurídica, razão social, nome fantasia e abrangência territorial, passando a atuar como Cooperativa dos Produtores da Gleba Guajará-Pará (COPG).

Assim, a entidade passou por um processo legalização, reestruturação interna e recadastramento de seu quadro de 266 agricultores, dos quais 256 desenvolvem atividades voltadas para a produção de hortaliças, frutíferas e criação de pequenos animais, reconhecidos pela EMATER por meio da emissão da Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP.

Todos os entrevistados há mais de 5 anos residem no Curuçambá e, para 86% deles, o local da residência é na mesma pequena área de terra aonde produzem (menos de 1 ha), e não possuem espaço próprio para a produção. Isso de certa forma limita a produção, mas por outro lado a proximidade favorece o comprometimento com a atividade.

Com base nos dados da pesquisa, verificou-se que o trabalho é desenvolvido fundamentalmente com a participação dos familiares, se somada à participação do cônjuge representa 92%, o que nos permitiria afirmar que a agricultura urbana também pode ser apresentada como agricultura familiar urbana, por se tratar de uma atividade exercida na maioria das vezes com a participação de toda a família.

No que se refere à contribuição ou apoio institucional a atividade agrícola, 100% dos entrevistados afirmaram que da esfera estadual e municipal não existe. É verdade que, em contato com o escritório da EMATER no município, identificou-se a falta de estrutura

disponibilizada, e que a margem da dedicação dos servidores, o estado não conta com uma política pública voltada para a atividade.

Na esfera municipal, ao longo dos últimos oito anos se observa um evidente retrocesso na estrutura institucional, que já dispôs de uma Secretaria de Agricultura atuante, que depois de extinta e reduzida a um Departamento de apoio ao agronegócio, com apenas dois funcionários também não dispõe qualquer direcionamento ou política destinada a esta atividade.

Quanto ao governo federal, os agricultores contam com a parceria da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), que mantém convênio direto com a Cooperativa e garante a aquisição de parte da produção para incremento da merenda escolar por meio do PAA e fornecimento para o restaurante popular. Vale frisar que a participação do PAA vem crescendo e na expectativa dos agentes entrevistados deve evoluir muito com a concretização dos DAP que estão em curso.

Sobre a composição dos cultivos agrícolas, segundo os dados coletados, 100% dos agricultores trabalham apenas com a oleicultura (folhosas), como jambu, couve, salsa, alface, coentro, chicorea e cebolinha, devido a elevada demanda, pois são amplamente utilizados como tempero, são produzidos o ano todo e em um curto espaço de tempo e não necessitam de muito espaço para produzir. Outro fator mencionado refere-se a alta perecibilidade desses produtos que faz com que a comunidade procure obtê-los diretamente do produtor.

Quando questionados sobre a possibilidade de diversificar a produção, incluindo outros tipos de cultivo, se mostraram interessados, mas não dispõem das informações necessárias face à pouca orientação técnica, que deveria ser mais presente se considerado o fato de contar com um escritório da EMATER no município, que segundo relatos, a margem da boa vontade dos funcionários, sofrem com a ausência de estrutura. Vale frisar que a carência de assistência técnica oficial no estado do Pará tem sido uma problemática apontada em outros trabalhos, como por exemplo Oliveira, Silva e Almeida (2015) e um desafio das políticas de desenvolvimento regional conforme Ferreira, [Rebello e Oliveira \(2014\)](#).

Os estabelecimentos apresentam pequena escala de produção e os canais de acesso ao mercado passam por atravessadores em 34% dos casos, a despeito do crescimento do PAA e da recente constituição da cooperativa. Neste tipo de canal de comercialização são os atravessadores que determinam a formação dos preços.

Guanziroli (2013, p. 02) ao tentar separar o seu conceito de produtor camponês do agricultor familiar, afirma que “o agricultor

familiar produz predominantemente para o mercado, segue sinais de preços e participa de mercados completos”. Os agricultores de Curuçambá, ainda que próximos da capital Belém, não se enquadram nessa afirmação, pois não conhecem o comportamento do mercado, são tomadores de preços e participam de mercados restritos, com a produção sendo entregue para atravessadores, comerciantes dos mercados municipais e feiras livres e uma parcela vai para o mercado institucional.

Assim, o vínculo dessa produção com o mercado é restrito, em função da escala, preços competitivos, agregação de valor e formas de negociação por contratos (SANTANA, 2001), o que pode ser revertido via cooperativa.

Atualmente, a produção ainda opera na franja competitiva do mercado e sua inserção exige mudanças estruturais que viabilize a formação de laços de confiança e solidariedade no processo de organização dos produtores para operar os ativos coletivos de agroindustrialização, venda de produtos e compra de insumos.

A formação desse coletivo será o maior desafio a ser percorrido pela COPG, considerando que nenhuma cadeia está estruturada na Amazônia, uma vez que os elementos dos elos da cadeia atuam de forma isolada (SANTANA, 1998; SANTANA, 2002; SANTANA, 2012). Os produtores agindo individualmente na área de estudo podem enfrentar fortes instabilidades na renda causadas pelas falhas de mercado.

Contudo, o mercado institucional pode contribuir para atenuar uma parcela dessa instabilidade, uma vez que o alcance da política tem pequena participação no valor da produção dos produtos. Entretanto, levando-se em conta o conjunto das políticas pode-se contrabalançar diversas forças causadoras da instabilidade da renda.

Assim, a organização da produção, o aumento na escala de produção via cooperativismo, melhoria na qualidade dos produtos e agregação de valor os tornam mais elásticos em relação a preço e a renda, de modo que ficam menos sensíveis aos efeitos da concorrência e das condições adversas do clima.

No elo da produção, justifica-se a ajuda pública para compensar os termos de troca desvantajosos das negociações com os oligopólios que vendem insumos e que compram os produtos da agricultura familiar. A paridade diz que, ao longo dos anos, um produtor é capaz de adquirir uma quantidade total de insumos e serviços para uma dada quantidade produzida dos produtos agrícolas.

Essa quantidade de produção real deve sempre gerar a mesma renda real. Isso significa que a razão de paridade entre os preços

recebidos e os preços pagos pelos produtores deve permanecer constante ao longo do tempo, no caso de uma paridade completa. Nessa direção caminham os programas PAA e PNAE, que adquirem os produtos da agricultura familiar a um preço superior ao praticado nos mercados locais.

Ao entrevistar os agricultores surgiram inúmeras dificuldades em identificar dados quantitativos sobre a produção, mas foram unânimes ao afirmar que parte da produção é destinada para o complemento na alimentação da família, e quando perguntado se haviam outros beneficiários da produção agrícola, 64% responderam que não, enquanto 32% responderam que parentes e vizinhos são abastecidos, esporadicamente com uma pequena parte da produção e apenas 4% não quiseram responder.

Em relação à produção para fins comerciais, se pode observar que não existe nenhum procedimento específico ou diferenciado que antecede a comercialização dos produtos, do tipo higienização, embalagem, por se tratar de uma produção pouco diversificada e concentrada em folhosas, o único procedimento é ao retirar separar em maços.

No que se referem aos canais de venda 34% passam pela mão do atravessador dada à dificuldade de transporte, muitas vezes com destino às feiras livres.

Vale frisar que o elo do comércio varejista de feiras livres é um dos principais pontos de apoio ao desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e, geralmente, não é contemplado nas políticas públicas, sendo uma estratégia de capitalização dos atravessadores e não dos produtores.

A feira livre, além de ser um espaço para as negociações dos produtos é um espaço social e cultural, em que os produtores podem atualizar suas informações familiares e de negócios, trocar ideias, tomar decisão e participar de eventos lúdicos com os membros da família.

Além disso, dispõe de informação sobre os diversos nichos de mercado que consomem os produtos da agricultura familiar e que não são apropriadas pelos produtores com vistas a orientar e qualificar a produção. Com efeito, as feiras livres devem ser apoiadas para negociar adequadamente os produtos da agricultura familiar.

Já o fornecimento da produção para outros estabelecimentos, os dados coletados são: 18% para os pequenos supermercados via atravessador e 48% são fornecidos para o Programa de Aquisição de Alimentos do governo federal mediante convênio da Associação/Cooperativa com a CONAB, com destino a merenda escolar

e o restaurante popular. Contudo, vale frisar que as perdas de comercialização são altas e somam 26%, sendo que normalmente, os produtores usam para misturar com a terra e aproveitar como componente do adubo verde.

Evidenciou-se que a frequência do fornecimento se divide da seguinte forma: 18% são fornecidos diariamente, 28% são fornecidos semanalmente, 22% são fornecidos quinzenalmente, e 32% da produção não fornece a produção agrícola para a comercialização.

Quando perguntados sobre a renda auferida com a atividade, as dificuldades se acentuaram, poucos ou quase nenhum dos entrevistados soube informar, os valores recebidos.

Considerando que, em geral, os valores se apresentam de forma fracionada, diariamente, semanalmente ou quinzenal, e que não há registro dos dados, as informações aproximadas são: 2% da dos agricultores entrevistados recebem até 01 salário mínimo, e 98% recebem entre 01 e 02 salários mínimos.

Cabe registrar com destaque, que quando questionados sobre a contribuição da AUP na economia familiar, foram unânimes em afirmar que a atividade se constitui de fato no sustento da família, corroborando com os resultados de Oliveira, Silva e Almeida (2015) que destacam a importância da agricultura urbana e periurbana para a geração de renda e sobrevivência das famílias.

Conclusão

O papel da agricultura urbana, nas iniciativas estudadas é incontestável. Muitas famílias escolhem esta atividade para sua subsistência, e não somente com este objetivo, também vendem seu excedente, conseguindo renda para o sustento.

Apesar do expressivo aumento de interesse no apoio e promoção da agricultura urbana por órgãos governamentais e agências internacionais, a ausência de marcos legal, institucional específico ou ainda políticas públicas que ofereçam as bases necessárias para o fomento da produção e comércio local de alimentos em Ananindeua, se somam aos desafios enfrentados pelo agricultor urbano na luta para a manutenção de seu negócio, seja pelas dificuldades de acessar políticas de financiamento, uma vez que não é reconhecido, inclusive no censo 2010 do IBGE, que afirma a não existência de atividades agrícolas na área do Curuçambá, seja pelas dificuldades na gestão e diversificação da produção, como na comercialização e venda em pequena e média escala dos seus produtos, dadas as condições precárias de mobilidade.

A agricultura urbana e periurbana é uma atividade capaz de contribuir com o desenvolvimento local na medida em que interfere positivamente para melhoria dos aspectos econômico, social, ambiental e alimentar e, conseqüente, inclusão das famílias envolvidas, desde que sanadas as limitações, sobretudo, em questões que independem diretamente da atuação dos agricultores, uma vez que os principais problemas enfrentados são a dificuldade de transporte para escoar a produção, e o acesso à aquisição de insumos, a falta de orientação técnica, além da ausência absoluta de infraestrutura.

No mercado institucional, mediante ação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), constitui-se uma âncora de sustentação da renda dos estabelecimentos, por reduzir risco e ampliar as expectativas dos produtores para incrementarem a produção. Esse é um passo fundamental para que os produtos da agricultura familiar periurbana, evoluam do mercado restrito para conquistar uma parcela significativa do mercado amplo.

Esta pesquisa supre talvez a principal deficiência do planejamento e execução das políticas públicas de apoio à agricultura familiar, que se refere às informações sobre o funcionamento e a dimensão real do mercado consumidor dos seus produtos. A falta desse conhecimento torna pouco efetivo o investimento na produção, industrialização e aquisição de alguns produtos regionais que, por não atenderem às regras da demanda, são relegados ao mercado restrito e a política pública perde eficácia.

Referências

ANANINDEUA. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Departamento de Apoio a Produção Agropecuária. *Relatório*. Ananindeua. 2013.

ANANINDEUA. *Plano Diretor Urbano - PDU*. Ananindeua, 2006.

BARRS, R. *Sustainable urban food production in the city of Vancouver: an analytical and strategy framework for planners and decision-makers*. Vancouver: City Farmer 118 Canada's Office of Urban Agriculture, 2002.

BELTRAN, J. Hacia un imaginario de desarrollo sostenible. In: *A la búsqueda de ciudades sostenibles*. SEMINARIO ESPECIALIZADO; ENCUESTRO INTERNACIONAL HABITAT, 2, Pereira, Colombia. Memorias ... Pereira, Bogotá : Ed. Guadalupe. 1995. 369 p.

BONI, V; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan./jul 2005.

BOUKHARAEVA, L.; CHIANCA, G.; MARLOIE, M. A agricultura urbana como fenômeno universal. In: CARVALHO, S.; KNAUSS, P. (Org.) *Agricultura urbana: dimensões e experiências do Brasil atual*. Rio de Janeiro: Enda Brasil, 2007.

BRASIL. Decretos e Leis. Decreto nº 5.074, de 11 de maio de 2004. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 12 maio 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5074.htm. Acesso em: 22 nov. 2013.

BRASIL. Decretos e Leis. **Lei nº 10.869, de 13 de maio de 2004**. Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 14 maio 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.869.htm. Acesso em: 22 nov. 2013.

BRASIL. Decretos e Leis. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 16 set. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm. Acesso em: 22 nov. 2013.

BRASIL. Decretos e Leis. **Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010**. Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 26 ago. 2010.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm. Acesso em: 22 nov. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). *Programa de Aquisição de Alimentos - PAA*. 2013. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/decom/paa>. Acessado em 20 de Julho de 2013a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário - Secretaria da Agricultura Familiar.

Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). 2013. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/institucional/aeclaracaoaptidaopronaf>. Acessado em 18 de Julho de 2013b.

BRICEÑO, J. A. *Urban organic agriculture at the University of Costa Rica*. Vancouver: City Farmer Canada's Office of Urban Agriculture, 2002.

CABANNES, Y. *Orientações para a formulação de políticas municipais para a agricultura urbana*. Agricultura Urbana: gestão territorial e planejamento físico. Canadá: CIID/IPES/PGUALC, n. 3, fev., 2003.

CARNEIRO, M. J. Agricultores Familiares e Pluriatividade: tipologias e políticas. In: CARVALHO COSTA, L. F. e outros (Orgs.). *Mundo Rural e Tempo Presente*. Rio de Janeiro: Mauad e Pronex, 1999, p. 323-344.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2., 2004, Olinda. *Relatório Final*. Olinda, 2004. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/II_Conferencia_2versao.pdf. Acesso em: 10.02.2014.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 3., 2007, Olinda. *Documento Final*. Fortaleza, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/consea/3conferencia/Static/Documentos/Documento_20Final.pdf. Acesso em: 10.02.2014.

DIAS, T. F.; NUNES, E. M.; TORRES, F. de L.; TORRES, A. C. M. O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) como estratégia de inserção socioeconômica: o caso do Território da Cidadania Sertão do Apodi (RN). *G&DR*, v. 9, n. 3, p. 100-129, set-dez/2013, Taubaté, SP, Brasil.

FERREIRA, W. C.; [REBELLO, F. K.](#); OLIVEIRA, C. M. Assistência técnica e extensão rural na Amazônia: histórico, desafios e proposições. *Amazônia* (Banco da Amazônia. 2005), v. 9, p. 59-78, 2014.

GUANZIROLI, C. Mercados viáveis para a inserção econômica dos agricultores familiares.

In: CAMPOS, S. K.; NAVARRO, Z. (Org.). *A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível?* Brasília: CGEE, 2013. p.101-132.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário 2006*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

KORTRIGHT, R. *Evaluating the potential of green roof agriculture: a demonstration project*. Vancouver: City Farmer Canada's Office of Urban Agriculture, 2002.

LEWIS, J. *Identidade e a região peri-urbana de Belém do Pará: lições para o investimento de desenvolvimento municipal*. Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, 2006. Disponível em: <http://www.ncsu.edu/identidade>. Acesso em: 15.02.2016.

MARULANDA, C.; IZQUIERDO, J. *La huerta hidropónica popular: Manual Técnico*. Oficina Regional de Producción Vegetal, FAO. Santiago: Oficina regional de la FAO para América Latina y el Caribe, 1998.

OLIVEIRA, C. M.; SILVA, R. O.; ALMEIDA, R. H. C. Diversificação produtiva, reprodução socioeconômica e mulheres no assentamento periurbano Mártires de Abril – Pará. *Nucleus*, v.12, n.1, p. 253-266, abril de 2015.

RATHMANN, R. et al. Diversificação produtiva e as possibilidades de desenvolvimento: um estudo da fruticultura na região da Campanha no RS. *RER*, v. 46, n. 2, p. 325-354, abr./jun. 2008.

STADUTO, J. A. R. et al. As Ocupações e Rendas das Mulheres das Famílias Rurais Paranaenses. *Fazendo gênero*, v. 8, ago 2008.

SANCHOTENE, M. *Plano Diretor de Arborização de Vias Públicas*. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Porto Alegre: Secretaria Municipal do Meio Ambiente, 2000.

SANTANA, A. C. Cadeias agroindustriais e desenvolvimento econômico na Amazônia: análise de equilíbrio geral In: HOMMA, A. K.

O. (Org.) *Amazônia: maio ambiente e desenvolvimento agrícola*. Brasília - DF: Embrapa, 1998, p. 221-264.

SANTANA, A. C. Considerações teóricas e metodológicas sobre agronegócio e cadeia produtiva In: SANTANA, A. C.; AMIN, M. M. *Cadeias produtivas e oportunidades de negócio na Amazônia*. Belém: Unama, 2002. p. 15-70.

SANTANA, A. C. Fatores sustentáveis do desenvolvimento das cadeias produtivas de base agrária na Amazônia. *Ver-a-Ciência*, v.1, p.18 - 23, 2012.

SANTANA, A. C. O poder da concorrência extrapreço no mercado varejista da carne bovina em Belém. *Movendo Ideias*, v.6, p.29 - 37, 2001.

SCHNEIDER, S.; XAVIES, L. (Coord.) *Pluriatividade e plurirrendimentos nos estabelecimentos agropecuários do Brasil e das regiões Sul e Nordeste: uma análise a partir do Censo Agropecuário 2006*. Brasília: IPEA, 2013. 77p. (Relatório de Pesquisa).

SMIT, J.; RATTA, A.; NASR, J. *Cities feeding people: report 18 – Urban agriculture, progress and prospect: 1975-2005*. PNUD, Habitat II Série. Ottawa: International Development Research Centre, 1996.

UNITED NATIONS DEVELOP PROGRAM (UNDP). *Human Development Report 1996*. New York; Oxford : OUP, 1996.